



AZ@BXL

Número: 233 Data: 2022.07.01

No título: [Reserva Florestal de Recreio do Cabouco Velho, Ilha do Faial.](#)

Créditos: [Direção Regional dos Recursos Florestais](#)

Destaques



[Vasco Cordeiro eleito presidente do Comité das Regiões Europeu](#)

[Adotado pacote de «assistência flexível aos territórios \(FAST-CARE\) pela Comissão Europeia](#)

[Atualizada chave de repartição do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: Portugal com mais 1634 milhões de euros](#)

[Objetivo 55: Conselho \(Energia\) acorda novos objetivos em matéria de eficiência energética e de energias renováveis](#)

[Objetivo 55: Conselho \(Ambiente\) adota posição negocial em relação a cinco ficheiros legislativos](#)

[Concluído acordo entre a Comissão Europeia e a Nova Zelândia](#)

[Chéquia assume as rédeas do Conselho da União Europeia](#)

[Aberto período de submissão de propostas aos Prémios de Inspiração Rural 2022](#)

[Novas regras de itinerância para quem viaja na UE](#)



Até 4 de julho



Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuíram para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

4 a 7 de julho



Glex Summit 2022: Açores recebem Cimeira Mundial dos Exploradores

Sob o lema “What’s Next?”, a [conferência irá decorrer](#) de 4 a 7 de julho, na Ilha de São Miguel, Açores. A “Glex Summit” é um evento que reúne os maiores exploradores do mundo, que se comprometeram a um esforço mundial para inspirar a todos a proteger o planeta, as espécies animais e os recursos naturais.



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Durante a última Sessão Plenária antes da pausa de verão, os parlamentares europeus irão debater e votar um conjunto de temáticas, das quais se poderão destacar, por exemplo, o [Plano de Ação da UE para a economia social](#), a [ação europeia comum em matéria de cuidados de saúde](#), a [saúde mental no mundo digital do trabalho](#), a [UE e a defesa do multilateralismo](#), o [Acordo Pós-Cotonu](#), ou ainda os [combustíveis sustentáveis para a aviação \(iniciativa ReFuelEU Aviation\)](#). A Presidência checa do Conselho da União Europeia [irá](#), por outro lado, apresentar as suas [prioridades](#) e o seu programa de atividades.

5 de julho



Colóquio sobre a utilização de tecnologias inovadoras para sistemas agrícolas de alerta precoce

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (CCI) desenvolveram sistemas agrícolas de alerta precoce baseados numa combinação de fontes públicas de dados meteorológicos e de observação da terra. Estas plataformas digitais contribuem para informar sistemas operacionais de alerta precoce, tais como o [GIEWS](#) (*Global Information and Early Warning System*), redes de monitorização agrícola como o [GEOGLAM](#) e, em última análise, sistemas de informação de mercado como o *Agricultural Market Information System* ([AMIS](#)) e análise de segurança alimentar baseada na Classificação Internacional da Fase de Segurança Alimentar ([IPC](#)).

O evento (que poderá ser seguido [aqui](#)) irá recolher contributos sobre como os sistemas de alerta precoce podem ser melhorados para a análise da segurança alimentar e prevenção de crises. Como podem explorar plenamente as novas tecnologias como o EO de alta resolução, computação em nuvem (CC) e inteligência artificial (IA)? São algumas perguntas que necessitarão de respostas.

7 de julho



Pacto Europeu das Empresas para o Clima e a Energia: Webinar de assistência técnica para intermediários

O Pacto Europeu das Empresas para o Clima e a Energia (CCCE) [organiza](#) a 7 de julho um [webinar](#) para associações e autoridades empresariais a nível local, regional e nacional que apoiam empresas no seu caminho para a descarbonização. Após o lançamento do [primeiro convite](#) à assistência técnica na Croácia, Finlândia, Itália, Países Baixos e Polónia, a 15 de junho, o CCCE abordará

neste webinar como os potenciais intermediários podem candidatar-se a este primeiro apelo e beneficiar de serviços gratuitos de aconselhamento para impulsionar os seus esforços de descarbonização.

O convite está aberto às PME (segundo a definição da UE), grupos de empresas (co-localizadas na mesma área), autoridades (nacionais, regionais ou locais) e promotores (por exemplo, associações e redes, empresas de serviços energéticos, etc.). Os candidatos selecionados receberão apoio direto e personalizado do CCCE na sua transição energética e climática de setembro de 2022 a janeiro de 2023. Tal pode incluir apoio técnico, financeiro, jurídico e regulamentar, entre outros aspetos. Será também previsto apoio indireto (workshops, webinars, etc.) para os candidatos não selecionados e intermediários (redes, associações) nos países alvo do presente convite. O evento terá lugar em linha. Os participantes registados receberão diretamente o link para aceder ao mesmo por correio eletrónico.

Até 13 de julho



Consulta pública respeitante à proteção à escala da UE das indicações geográficas dos produtos não agrícolas

Atualmente, não existe um sistema à escala da UE para proteger as indicações geográficas dos produtos não agrícolas (como o artesanato e os produtos industriais). No entanto, estes produtos são um elemento importante da identidade local, atraem o turismo e criam postos de trabalho. Um sistema uniforme permitiria nomeadamente: ajudar os produtores a manterem-se competitivos em nichos de mercado; fornecer aos consumidores uma melhor informação sobre a autenticidade dos produtos; impulsionar as economias regionais. Todos os contributos poderão ser carregados [aqui](#).

Até 15 de julho



Consulta pública relativa ao tráfico de bens culturais — Plano de ação da UE

No âmbito da estratégia da UE sobre a criminalidade organizada, a Comissão [adotou](#) um plano de ação contra o tráfico de bens culturais para 2022-25, a fim de dismantelar as atividades criminosas e proteger o património cultural. O objetivo global do plano de ação consiste em: sensibilizar o público; melhorar o intercâmbio de informações e a cooperação (inclusivamente com países terceiros); e promover o reforço das capacidades e os conhecimentos especializados. O plano procurará igualmente encontrar novas formas de melhorar a rastreabilidade dos bens culturais, tanto em linha como fora de linha.

Até 20 de julho



Espaços sem Fumo (proposta de recomendação): convite à apresentação de comentários

A recomendação do Conselho sobre espaços sem fumo, de 2009, tem por objetivo proteger as pessoas em toda a UE da exposição passiva ao fumo do tabaco. Como anunciado no Plano Europeu de Luta contra o Cancro, esta [iniciativa](#) visa alinhar a recomendação com a evolução do mercado e incluir no seu âmbito de aplicação o uso de tabaco e produtos afins em certos espaços exteriores. O seu objetivo é, nomeadamente, alargar a sua cobertura a produtos emergentes; o seu âmbito de aplicação a outros espaços exteriores (por exemplo, escolas e parques infantis).



Energia de fontes renováveis — método de cálculo da quota de energia de fontes renováveis em caso de cotransformação: apresentação de comentários

A Diretiva Fontes de Energia Renováveis promove a utilização de biocombustíveis na UE, a fim de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do setor dos transportes. Esta [iniciativa](#) (que assumirá a forma de um regulamento delegado) visa estabelecer uma metodologia para determinar a quota de biocombustíveis e biogás para os transportes resultante da transformação de biomassa com combustíveis fósseis num processo comum (cotransformação).

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.



Orientações relativas à aviação (prorrogação dos auxílios ao funcionamento para aeroportos regionais [resposta à COVID-19]) – convite à apresentação de informações

As orientações em matéria de auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas de 2014 incluem um período de transição (que termina em abril de 2024), durante o qual pode ser autorizada a concessão de auxílios ao funcionamento para aeroportos com menos de 3 milhões de passageiros por ano, uma vez que estes auxílios podem ser declarados como compatíveis com o mercado único. Tendo em conta o tempo adicional necessário para começar a recuperar dos efeitos da crise da COVID-19, a Comissão [propõe](#) uma curta prorrogação deste período de transição, sem introduzir quaisquer outras alterações às regras.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagénesis e cisgénesis dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».



Prémios de Inspiração Rural 2022: O Futuro é a Juventude

O tema dos Prémios de Inspiração Rural (RIA) 2022 deste ano é "O Futuro é Juventude" inspirado por 2022 ser o Ano Europeu da Juventude, por se estar a debater a visão a longo prazo para as zonas rurais, e o Pacto Rural, desenvolvido pela Comissão Europeia. O RIA 2022 [procura](#) promover a importância da juventude europeia para construir um futuro melhor - mais verde, resiliente, socialmente mais inclusivo, inovador e digital. Este ano, os Estados-Membros são encorajados a candidatarem-se às quatro categorias temáticas ligadas à visão a longo prazo para as zonas rurais: Futuros Verdes, Futuros Digitais, Futuros Resilientes, e Futuros Socialmente Inclusivos e Inovadores. A cerimónia de entrega do prémio terá lugar em Bruxelas, no início de outubro de 2022.

Até 25 de julho



Revisão do atual regulamento relativo aos auxílios de minimis - aberto período de submissão de comentários

Tendo em conta que as [atuais regras](#) expiram a 31 de dezembro de 2023, a Comissão Europeia irá propor a revisão do atual regulamento, nomeadamente pretende rever estas regras para atualizar os montantes isentos, na perspetiva da inflação e da melhoria da transparência. O Regulamento relativo aos auxílios *de minimis* permite isenções ao controlo dos auxílios estatais para pequenos montantes que sejam considerados como não tendo efeitos na concorrência e no comércio no mercado único. Os Estados-Membros não têm de notificar estes montantes à Comissão para aprovação. Poderá apresentar os seus comentários [aqui](#).

Até 28 de julho



Revisão do programa da UE de distribuição de fruta, produtos hortícolas e leite nas escolas

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção duma proposta de revisão do regulamento no quarto trimestre de 2023. É referido que «o regime da UE de distribuição nas escolas apoia a distribuição de fruta, produtos hortícolas, leite e determinados produtos lácteos às crianças, a par de atividades educativas sobre a agricultura e o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. A Comissão efetuará uma revisão deste regime e das medidas que estabelecem este tipo de ajuda da UE, com base nos ensinamentos retirados da sua aplicação desde 2017. Esta revisão contribuirá para promover o consumo de alimentos sustentáveis, em consonância com a Estratégia do Prado ao Prato.».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.

Até 15 de agosto



Consulta pública sobre os nutrientes – plano de ação para uma gestão mais eficaz

Esta [iniciativa](#) resultará na adoção por parte da Comissão Europeia duma comunicação (último trimestre de 2022). O executivo europeu refere que «os nutrientes (azoto e fósforo) são essenciais para a vida e para importantes recursos naturais. A redução dos nutrientes é uma das causas da poluição atmosférica, dos solos e da água, da perda de biodiversidade e de uma vasta gama de consequências relacionadas com as alterações climáticas. Nas últimas décadas, a legislação em vigor ajudou a combater estes problemas. No entanto, devido à poluição causada pelos nutrientes e a ineficiências no ciclo dos nutrientes, são necessárias medidas suplementares a nível da UE para melhorar a segurança alimentar, proteger a saúde e preservar os ecossistemas.».

Até 16 de agosto



Consulta pública respeitante ao desperdício alimentar — metas de redução

Esta [iniciativa](#) emblemática, que culminará na apresentação duma proposta de diretiva e que se insere na Estratégia do Prato ao Prato da UE, visa propor metas juridicamente vinculativas para reduzir o desperdício alimentar. Estas metas contribuirão para limitar o impacto da cadeia de abastecimento alimentar no ambiente e no clima e para assegurar a disponibilidade de mais alimentos para consumo humano, criando assim um sistema alimentar mais sustentável.



Consulta pública relativa ao impacto ambiental da gestão de resíduos — revisão do quadro da UE em matéria de resíduos

A Diretiva-Quadro Resíduos protege a saúde pública e o ambiente através de uma gestão adequada dos resíduos. Para o efeito, é aplicada a hierarquia de resíduos da UE, que promove a prevenção e a reutilização dos resíduos, em detrimento da sua valorização e eliminação. Esta [iniciativa](#) visa melhorar a gestão dos resíduos: reduzindo a produção de resíduos, nomeadamente através da reutilização de produtos ou componentes; reduzindo os resíduos indiferenciados e aumentando a preparação para a reutilização ou reciclagem de resíduos, melhorando a recolha seletiva.

Até 17 de agosto



Conversão para uma rede de dados sobre a sustentabilidade das explorações agrícolas: período de apresentação de comentários

Esta iniciativa [alargará](#) o âmbito da atual rede de recolha de dados sobre as explorações agrícolas da UE, a fim de incluir dados sobre as práticas ambientais e sociais. Com a nova recolha de dados, será possível aferir o desempenho das explorações agrícolas e prestar aconselhamento e orientação personalizados aos agricultores. Promover-se-á assim a sustentabilidade dos agricultores e dos seus rendimentos, em consonância com os objetivos da política agrícola comum e do Pacto Ecológico, nomeadamente da Estratégia do Prato ao Prato e da Estratégia de Biodiversidade.

Até 8 de setembro



Prémio Cidade Acessível 2023

O período de candidaturas ao concurso *Access City Award 2023* [encontra-se aberto](#) até ao dia 8 de setembro. O prémio reconhece as cidades que fizeram esforços significativos para se tornarem mais acessíveis às pessoas com limitações. A cidade vencedora receberá um prémio financeiro de 150 mil euros, enquanto o segundo e terceiro lugares receberão 120 mil e 80 mil euros, respetivamente.



Consulta pública relativa à atualização da Estratégia de Segurança Marítima da UE e do seu plano de ação

A Estratégia de Segurança Marítima da UE de 2014 e o seu plano de ação revisto (2018) permanecem válidos. Todavia, uma avaliação mostrou que devem ser alinhados por outras políticas e instrumentos importantes da UE, incluindo a «Bússola Estratégica» da UE, ser adaptados aos desafios em constante evolução no domínio da segurança marítima no atual contexto geopolítico complexo, bem como às alterações climáticas e à degradação ambiental. Esta [iniciativa](#) atualizará a estratégia e o seu plano de ação, em conformidade com as conclusões do Conselho de junho de 2021.

Até 9 de setembro



Prémio Apícola Europeu - 2022

Está aberto o [período de candidaturas](#) ao prémio apícola europeu, promovido pela Organização Europeia de Proprietários de Terras (ELO) e a Associação Europeia de Maquinaria Agrícola (CEMA). Serão atribuídos 3 prémios: práticas de gestão dos solos (prémio de 4 mil euros); soluções tecnológicas inovadoras (prémio de 4 mil euros); Menção Especial do Júri (diploma de reconhecimento).

19 e 20 de setembro



PCI Energy Days

O *PCI Energy Days* é uma conferência política e uma exposição dedicada à implementação prática de Projetos de Interesse Comum (PIC). Após dois anos de interregno, a 3.ª edição do evento irá decorrer nos dias 19 e 20 de setembro em Bruxelas.

A 3ª edição proporcionará aos promotores de projetos a oportunidade de apresentarem os seus trabalhos e partilharem a sua experiência sobre como acelerar o desenvolvimento e construção de PICs, projetos que são chave para a concretização dos objetivos energéticos e climáticos da União. Mais informações sobre a agenda, a montagem da exposição ("PCI Garden") e o link de inscrição serão disponibilizados em breve [aqui](#).

26 a 30 de setembro



Semana Europeia da Energia Sustentável

A [edição de 2022 da Semana Europeia da Energia Sustentável](#) terá lugar num formato híbrido: tanto os participantes como os oradores poderão participar remotamente ou presencialmente, em Bruxelas (se a situação sanitária o permitir). Sob o tema "Going green and digital for Europe's energy transition", o evento incluirá: uma conferência política de alto nível; atribuição de prémios; celebração do terceiro dia europeu da energia jovem; bem como oportunidades para reuniões bilaterais, stands de exposição e outras atividades de *networking*.

ACONTECEU

Agricultura: balança comercial agroalimentar da UE continua positiva

Os [últimos números](#) do comércio agroalimentar da UE mostram que o valor total do comércio agroalimentar da UE atingiu 32,6 mil milhões de euros em março de 2022, um aumento de 12% em relação a março de 2021; e 13% em relação a fevereiro de 2022. Em março de 2022, as exportações de produtos agrícolas da UE atingiram 18,9 mil milhões de euros, enquanto as importações foram avaliadas em 13,7 mil milhões de euros, um aumento de 11% e 16%, respetivamente, em relação aos números do mês anterior. A UE continua a beneficiar do comércio de produtos agrícolas, com uma balança comercial de 5,3 mil milhões de euros. O relatório publicado também destaca o impacto da guerra da Rússia na Ucrânia no comércio agroalimentar em março de 2022. Para além da habitual comparação anual (março 2022 versus março 2021), o relatório compara março 2022 com fevereiro 2022.

Em março de 2022, as importações comunitárias de óleo de girassol, milho e colza da Ucrânia caíram 10%, 37% e 29% respetivamente em comparação com o mesmo período do ano anterior. Para o trigo, a quantidade importada para a UE diminuiu 77% em relação a março de 2021. Do mesmo modo, registou-se uma diminuição significativa nas exportações de trigo ucraniano para os seus principais parceiros mundiais: -26% para o Egipto; e -55% para o Líbano, Líbia ou Nigéria. Do mesmo modo, as exportações ucranianas de milho caíram em março em comparação com o nível do mesmo mês em 2021. Num contexto global de incertezas de segurança alimentar, a UE aumentou as suas exportações para o Norte de África em 16% em março de 2022, em comparação com março de 2021. As exportações alimentares da UE para a África Subsaariana também aumentaram em março de 2022 em comparação com o ano anterior. Em termos de produtos específicos, o valor das exportações de cereais da UE aumentou em 37% em comparação com fevereiro de 2022. Mais informação sobre os últimos números do comércio agroalimentar da UE está disponível [aqui](#) e sobre o comércio agroalimentar da UE em geral [aqui](#)



Objetivo 55: Conselho (Ambiente) adota posição negocial em relação a cinco ficheiros legislativos

O Conselho [adotou](#) as suas posições de negociação sobre cinco das propostas legislativas do pacote Objetivo 55. Este pacote, apresentado pela Comissão Europeia em julho do ano passado, permitirá à UE reduzir as suas emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e alcançar a neutralidade climática em 2050. As propostas incluem a revisão do sistema de comércio de licenças de emissão da UE e a proibição dos veículos com motor de combustão até 2035.

Relatório de prospetiva estratégica de 2022: a geminação das transições ecológica e digital no novo contexto geopolítico

A Comissão [adotou](#) o [relatório de prospetiva estratégica de 2022 — «Geminação das transições ecológica e digital no novo contexto geopolítico»](#). À medida que nos preparamos para acelerar ambas as transições, o relatório identifica dez domínios de ação fundamentais com o objetivo de maximizar as sinergias e a coerência entre as ambições climática e digital da Europa. Ao fazê-lo, a UE reforçará a sua resiliência intersetorial e a sua autonomia estratégica aberta, ficando mais bem preparada para enfrentar novos desafios globais até 2050.

As transições ecológica e digital estão no topo da agenda política da Comissão, definida pela presidente Ursula von der Leyen em 2019. À luz da agressão da Rússia contra a Ucrânia, a Europa está a posicionar-se mais rapidamente na liderança mundial da ação climática e digital, com muita atenção aos principais desafios, desde a energia e a alimentação até à defesa e às tecnologias de ponta. Nesta perspetiva, o relatório de prospetiva estratégica de 2022 apresenta uma análise holística e orientada para o futuro das interações entre a dupla transição, tendo em conta o papel das tecnologias novas e emergentes, bem como os principais fatores geopolíticos, sociais, económicos e regulamentares que moldam a sua geminação — ou seja, a sua capacidade de se reforçar mutuamente.

Conselho chega a acordo sobre novas regras para reduzir a desflorestação e a degradação florestal a nível mundial

O Conselho [acordou](#) em estabelecer regras obrigatórias em matéria de diligência devida para todos os operadores e comerciantes que colocam ou disponibilizam no mercado da UE, ou dele exportam os seguintes produtos: óleo de palma, carne de bovino, madeira, café, cacau e soja. As regras aplicam-se também a uma série de produtos derivados, como o couro, o chocolate e o mobiliário.

O Conselho simplificou e clarificou o sistema de diligência devida, preservando simultaneamente um elevado nível de ambição ambiental. A orientação geral evita a duplicação de obrigações e reduz os encargos administrativos para os operadores e as autoridades dos Estados-Membros. Acrescenta ainda a possibilidade de os pequenos operadores recorrerem a operadores de maior dimensão para elaborarem as declarações de diligência devida.

O Conselho acordou em criar um sistema de avaliação comparativa, que atribui aos países terceiros e aos países da UE um nível de risco relacionado com a desflorestação (baixo, padrão ou alto). A categoria de risco determinaria o nível das obrigações específicas dos operadores e das autoridades dos Estados-Membros no que diz respeito à realização de inspeções e controlos. Tal implicaria um acompanhamento reforçado para os países de alto risco e uma simplificação da diligência devida para os países de baixo risco. O Conselho clarificou as obrigações de controlo e fixou objetivos quantificados em relação aos níveis de controlo mínimos para os países de risco padrão e de alto risco. O objetivo é estabelecer medidas eficazes e direcionadas.



Coesão

Política de coesão intensifica apoios para fazer face às consequências da agressão da Rússia na Ucrânia com a «assistência flexível aos territórios»

A Comissão deu outro passo importante para ajudar os Estados-Membros, as autoridades regionais e locais e os parceiros a fazer face às consequências da agressão russa contra a Ucrânia, com a adoção do pacote de «assistência flexível aos territórios (FAST-CARE)». Trata-se de um novo pacote abrangente que alarga a ajuda já prestada no âmbito da [Ação de Coesão a favor dos Refugiados na Europa](#) (CARE) e prevê apoios acrescidos e maior flexibilidade em matéria de financiamento no quadro da política de coesão.

A iniciativa CARE mobilizou investimentos em áreas como a habitação, os cuidados de saúde, serviços de tradução ou formação para as pessoas deslocadas, bem como para os países que as acolhem. No entanto, à medida que as necessidades continuam a aumentar, o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu e as regiões da UE solicitaram à Comissão que apresentasse novas iniciativas no âmbito do quadro financeiro plurianual para apoiar os esforços dos Estados-Membros neste contexto.

A [FAST-CARE](#) dá resposta a estes pedidos, proporcionando flexibilidade adicional na execução dos investimentos da política de coesão e contribuindo também para atenuar os atrasos na execução de projetos financiados pela UE decorrentes do impacto combinado da COVID-19, dos elevados custos energéticos e da escassez de matérias-primas e de mão de obra causados pela guerra. O pacote introduz três alterações às regras da política de coesão nos períodos de 2014-2020 e 2021-2027 para acelerar e simplificar ainda mais o apoio dos Estados-Membros à integração de nacionais de países terceiros, ao mesmo tempo que se continua a ajudar as regiões a recuperar da pandemia de COVID-19.

Comissão adota um Acordo de Parceria com a Polónia no valor de 76,5 mil milhões de euros

A Comissão adotou o [Acordo de Parceria](#) com a Polónia, que estabelece a estratégia de investimento da política de coesão do país no valor de 76,5 mil milhões de euros para o período 2021-2027. Os fundos da Política de Coesão promoverão a coesão económica, social e territorial nas regiões polacas e ajudarão a implementar as [principais prioridades](#) da UE, tais como a transição verde e digital. Os fundos apoiarão igualmente o crescimento competitivo, inovador e sustentável do país, melhorarão a inclusão social e desenvolverão as competências das pessoas com dificuldades de integração no mercado de trabalho.

A Polónia é o décimo primeiro Acordo de Parceria adotado para o período de financiamento 2021-2027, seguindo-se aos da [Grécia](#), [Alemanha](#), [Lituânia](#), [Áustria](#), [Finlândia](#), [República Checa](#), [Dinamarca](#), [França](#), [Suécia](#) e [Países Baixos](#). Nos termos do Regulamento das Disposições Comuns 2021-2027, os Estados-Membros devem preencher as chamadas condições horizontais e temáticas de habilitação na implementação dos programas da política de coesão. Uma das condições de habilitação exige o cumprimento da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Ao preparar os seus programas, os Estados-Membros têm de avaliar se as condições de habilitação são cumpridas.



Comité das Regiões Europeu

Vasco Alves Cordeiro eleito presidente do Comité das Regiões Europeu

Por ocasião da sua Intervenção no rescaldo da [eleição](#) para o cargo de presidente do Comité das Regiões Europeu, durante a sessão plenária, Vasco Cordeiro, [referiu](#) que «um segundo imperativo que o atual contexto impele o Comité das Regiões a assumir, tem a ver com a necessidade da defesa inequívoca, firme e intransigente de Uma Política de Coesão que potencie e apoie a coesão económica, social, territorial e ambiental.». Por outro lado, o deputado açoriano e agora eleito Presidente do Comité das Regiões lembrou que «uma Europa mais forte e mais justa para todos não pode existir sem o empoderamento das mulheres nas nossas sociedades e nos nossos órgãos políticos. 2025 é o ano em que a Comissão Europeia deve fazer progressos significativos em direção a uma Europa com igualdade de gênero».



Chéquia assume as rédeas do Conselho da União Europeia

A República Checa [assumiu](#) a 1 de julho a presidência rotativa do Conselho da União Europeia por um período de seis meses. A agenda da Presidência checa do Conselho da UE está dividida duas partes: as [prioridades](#) da Presidência Checa; e o [Programa da Presidência](#) Checa. A primeira parte define cinco áreas prioritárias: (i) gestão da crise dos refugiados e reconstrução pós-guerra da Ucrânia; (ii) segurança energética; (iii) reforço das capacidades de defesa europeias e da cibersegurança; (iv) Resiliência estratégica da economia europeia; (v) resiliência das instituições democráticas.

Em sintonia com as prioridades políticas acima referidas, a segunda parte contém as agendas setoriais prioritárias, ou seja, as propostas legislativas e não legislativas que a República Checa irá focar no âmbito das formações relevantes do Conselho. O documento como um todo baseia-se numa série de circunstâncias, e teve em conta, por exemplo, os documentos estratégicos da UE, como o programa de trabalho da Comissão para 2022, ou o [programa conjunto](#) do Trio de Presidências. Reflete tanto a situação política interna como as questões de política internacional.



Comissão avalia a atual cooperação em matéria de política cultural e propõe novas prioridades

A recuperação e a resiliência dos setores culturais, os efeitos das alterações climáticas, o papel da cultura na transformação social e no bem-estar, a luta contra o comércio ilícito de bens culturais figuram entre as futuras prioridades propostas, descritas no [relatório sobre o Plano de Trabalho para a Cultura 2019-22](#).

O relatório da Comissão Europeia sobre o Plano de Trabalho para a Cultura 2019-22, agora [publicado](#), apresenta uma avaliação positiva da execução do plano de trabalho, reconhece igualmente a pertinência das suas prioridades, as ações realizadas com o apoio da Comissão e em cooperação com esta, bem como os métodos de trabalho utilizados para as executar. As conclusões do relatório sugerem igualmente temas prioritários para o próximo plano de trabalho e lançam uma reflexão para reforçar o quadro da UE para a cooperação no domínio da cultura.

Prémios Europa Nostra 2022

A Comissão Europeia e a Europa Nostra, representada em Portugal pelo Centro Nacional de Cultura, [anunciaram](#) os vencedores da edição de 2022 dos Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra, financiados pelo programa Europa Criativa da UE. Este ano, que marca o 20.º aniversário dos Prémios mais prestigiados da Europa no domínio do património, 30 realizações exemplares de 18 países europeus foram premiadas ([ver a lista de laureados](#)). Entre os vencedores estão o [Convento dos Capuchos em Sintra](#), na categoria Conservação e adaptação a novos usos, e o projeto [Museu na Aldeia](#), que envolve 13 museus e 13 aldeias de Portugal, na categoria Envolvimento e consciencialização dos cidadãos.

A cerimónia de entrega dos Prémios acontecerá a 26 de setembro na recém-restaurada Ópera Estatal de Praga, na República Checa, e contará com a participação de Mariya Gabriel, Comissária Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, e de HermannParzinger, Presidente Executivo da Europa Nostra.



Concluído acordo entre a Comissão Europeia e a Nova Zelândia

A Comissão Europeia [concluiu](#) o [Acordo](#) de Comércio entre a União Europeia a Nova Zelândia, que levou 14 anos a ser concluído (de [acordo](#) com a primeira-ministra neozelandesa, Jacinda Ardern). Espera-se que o comércio bilateral seja reforçado até 30% graças a este acordo, com as exportações anuais da UE a crescerem potencialmente até 4,5 mil milhões de euros. O investimento da UE na Nova Zelândia tem um potencial de crescimento de até 80%. O acordo pode reduzir cerca de 140 milhões de euros por ano em direitos para as empresas da UE desde o primeiro ano de aplicação.

Segundo o comunicado, o Acordo proporcionará novas [oportunidades](#) para as empresas: (i) eliminando todos os direitos aduaneiros sobre as exportações da UE para a Nova Zelândia; (ii) abrindo o mercado de serviços da Nova Zelândia em setores-chave tais como serviços financeiros, telecomunicações, transporte marítimo e serviços de entrega; (iii) assegurando um tratamento não discriminatório aos investidores da UE na Nova Zelândia e vice-versa; (iv) melhorar o acesso das empresas da UE aos contratos públicos da Nova Zelândia para aquisição de bens, serviços, obras e concessões de obras. O mercado de contratos públicos da Nova Zelândia vale cerca de 60 mil milhões de euros por ano; (v) facilitar os fluxos de dados, regras previsíveis e transparentes para o comércio digital e um ambiente em linha seguro para os consumidores; (vi) prevenir requisitos injustificados de localização de dados e manter os elevados padrões de proteção de dados pessoais; (vii) ajudar as pequenas empresas a exportar mais através de um capítulo dedicado às pequenas e médias empresas; (viii) reduzir significativamente os requisitos e procedimentos de conformidade para permitir um fluxo de mercadorias mais rápido; (ix)

compromissos significativos da Nova Zelândia para proteger e fazer cumprir os direitos de propriedade intelectual, alinhados com as normas da UE.

Os projetos de textos negociados serão publicados em breve. Estes textos serão revistos juridicamente e posteriormente serão traduzidos para todas as línguas oficiais da UE. Depois disso, a Comissão Europeia submeterá o acordo para assinatura e conclusão ao Conselho. Uma vez adotado pelo Conselho, a UE e a Nova Zelândia podem assinar o acordo. Após a assinatura, o texto será transmitido ao Parlamento Europeu para aprovação. Após a aprovação pelo Parlamento, e uma vez que a Nova Zelândia também o ratifique, o Acordo pode entrar em vigor.

Auxílios estatais: eliminação progressiva do Quadro Temporário relativo à COVID-19

Como anunciado em [maio de 2022](#), o [Quadro Temporário de Auxílios Estatais respeitante à COVID-19](#) não será prorrogado para além de 30 de junho de 2022, para a maioria dos instrumentos fornecidos. A 19 de março de 2020, na sequência do surto atual, a Comissão [adotou](#) o Quadro Temporário para permitir aos Estados-Membros utilizar toda a flexibilidade prevista ao abrigo das regras dos auxílios estatais para apoiar a economia e as empresas e setores mais gravemente afetados de forma atempada, direcionada e proporcional, protegendo simultaneamente a igualdade de condições no mercado único. Desde a sua adoção, o Quadro Temporário foi alterado seis vezes, com a última redação que lhe foi dada em 18 de novembro de 2021. Até hoje, a Comissão tomou mais de 1350 decisões aprovando cerca de 980 medidas nacionais notificadas por todos os 27 Estados-Membros para um montante total estimado de auxílio estatal aprovado de cerca de 3,2 triliões de euros.

Crypto-assets: acordo sobre novas regras para acabar com os fluxos ilícitos

As transferências de *crypto-assets* serão [rastreadas](#) e identificadas para combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e outros crimes, segundo a nova legislação. Os negociadores do Parlamento e do Conselho chegaram a um acordo provisório na quarta-feira sobre nova legislação para assegurar que as transferências de moeda criptográfica possam ser rastreadas e que quaisquer transações suspeitas possam ser bloqueadas.

O acordo visa alargar o âmbito da "regra de viagem" - já existente nas finanças tradicionais - às transferências criptográficas de bens. A regra estabelece que as informações sobre a origem do bem e os seus beneficiários devem "viajar" com a transação e ser armazenadas em ambos os lados da transferência. Os fornecedores de serviços criptográficos de bens serão obrigados a fornecer estas informações às autoridades competentes em caso de investigação de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Resiliência da UE: presidência do Conselho e Parlamento Europeu chegam a um acordo político para reforçar a resiliência das entidades críticas

A presidência do Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político sobre a diretiva relativa à resiliência das entidades críticas. Os trabalhos prosseguirão agora a nível técnico, tendo em vista ultimar o acordo provisório sobre o texto jurídico integral. Este acordo está sujeito à aprovação do Conselho e do Parlamento Europeu antes de seguir o processo de adoção formal.

Esta diretiva visa reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência física das entidades críticas. Essas entidades prestam serviços essenciais dos quais dependem os meios de subsistência dos cidadãos da UE e o bom funcionamento do mercado interno. Por exemplo, devem demonstrar capacidades em matéria de preparação, reação, proteção, resposta e recuperação no caso de catástrofes naturais, ameaça terrorista, emergências sanitárias ou ataques híbridos. O texto aprovado abrange entidades críticas em vários setores, como a energia, os transportes, a saúde, a água potável, as águas residuais ou o espaço. As administrações públicas centrais serão igualmente abrangidas por determinadas disposições do projeto de diretiva.

Os Estados-Membros têm de dispor de uma estratégia nacional para reforçar a resiliência das entidades críticas, realizar uma avaliação dos riscos, pelo menos de quatro em quatro anos, e identificar as entidades críticas que prestam serviços essenciais. As entidades críticas terão de identificar os riscos relevantes suscetíveis de perturbar significativamente a prestação de serviços essenciais, tomar as medidas adequadas para assegurar a sua resiliência e notificar as autoridades competentes de incidentes que causem perturbações.

Acesso mais fácil dos investidores a informações sobre as empresas: Conselho define a sua posição sobre uma plataforma de acesso único

O Conselho [definiu](#) a sua posição sobre a proposta relativa ao ponto de acesso único europeu (ESAP), que faz parte do pacote da União dos Mercados de Capitais (UMC). O seu objetivo é criar um ponto de acesso único às informações públicas sobre as empresas e os produtos de investimento da UE. Espera-se que o ESAP torne mais fácil para as empresas e os produtos financeiros europeus atrair investidores, uma vez que, através da plataforma, os investidores obterão um acesso fácil e rápido às informações pertinentes de que necessitam para tomar boas decisões de investimento.

Na sua posição, o Conselho especificou que as autoridades nacionais competentes deveriam ser os organismos de recolha das informações que serão fornecidas na plataforma ESAP. A presente proposta não imporá qualquer tipo adicional de requisitos de comunicação de dados às empresas europeias, uma vez que a plataforma ESAP incluirá os tipos de dados já estabelecidos, bem como as informações publicamente disponíveis.

Subsídios estrangeiros que distorcem o mercado interno: acordo político provisório entre o Conselho e o Parlamento Europeu

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo político provisório sobre o regulamento relativo aos subsídios estrangeiros que distorcem o mercado interno. O regulamento visa corrigir as distorções criadas pelas subvenções concedidas por países terceiros a empresas que operam no mercado único da UE. Estabelece um quadro abrangente para a Comissão examinar qualquer atividade económica que beneficie de um subsídio concedido por um país não pertencente à UE no mercado interno. Ao fazê-lo, o regulamento visa restabelecer a concorrência leal entre todas as empresas - tanto europeias como não europeias - que operam no mercado interno.



Objetivo 55: Conselho (Energia) chega a acordo sobre metas mais ambiciosas para as energias renováveis e a eficiência energética

O Conselho [adotou](#) as posições de negociação (orientações gerais) sobre duas propostas que abordam os aspetos energéticos da transição climática da UE no âmbito do pacote Objetivo 55: a Diretiva Energias Renováveis e a Diretiva Eficiência Energética. Os acordos abrem caminho para que o Conselho dê início às negociações com o Parlamento Europeu. A produção e a utilização de energia representam 75 % das emissões da UE e as metas mais ambiciosas acordadas contribuirão grandemente para o cumprimento do objetivo global da UE de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

O Conselho acordou em fixar uma meta vinculativa a nível da UE de 40 % de energia proveniente de fontes renováveis no cabaz energético total até 2030. A nível da UE, a meta atual é de, pelo menos, 32 %. Os Estados-Membros terão de aumentar os seus contributos nacionais estabelecidos nos seus planos nacionais integrados em matéria de energia e clima (PNEC), que devem ser atualizados em 2023 e 2024, a fim de alcançarem coletivamente a nova meta. Além disso, para fazer avançar a integração das energias renováveis em setores em que a incorporação tenha sido mais lenta, o Conselho chegou a acordo sobre metas e medidas setoriais mais ambiciosas, acompanhadas de flexibilidades aplicáveis, por exemplo, aos métodos de cálculo.

O Conselho acordou em reduzir o consumo de energia a nível da UE em 36 % para o consumo de energia final e em 39 % para o consumo de energia primária até 2030. As metas utilizam uma nova base de referência e correspondem a um objetivo de redução de 9 % em relação a 2020. O consumo de energia final representa a energia consumida pelos utilizadores finais, ao passo que o consumo de energia primária inclui também o que é utilizado para a produção e o fornecimento de energia.

O Conselho acordou em que todos os Estados-Membros contribuirão para alcançar a meta global da UE através de trajetórias e contributos nacionais indicativos, definidos pelos Estados-Membros nos seus planos nacionais integrados em matéria de energia e clima (PNEC), que devem ser atualizados em 2023 e 2024. A fórmula definida no anexo I para o cálculo destas contribuições será indicativa, permitindo um desvio de até 2,5 %. A Comissão calculará se todas as contribuições correspondem ao objetivo de 9 % e, caso contrário, aplicará correções às contribuições nacionais que seriam inferiores ao valor obtido se tivessem utilizado a fórmula. A fórmula baseia-se, nomeadamente, na intensidade energética, no PIB per capita, no desenvolvimento das energias renováveis e no potencial de economia de energia. A Comissão não irá rever a contribuição nacional indicativa dos Estados-Membros cujo PNEC apresentado em 2020 ao abrigo do Regulamento (UE) 2018/1999 tenha sido considerado "suficiente" pela Comissão.

Conselho adota regulamento relativo a armazenamento de gás

O Conselho [adotou](#) definitivamente o regulamento que visa assegurar que, apesar das perturbações do mercado do gás, as capacidades de armazenamento de gás na UE sejam reconstituídas antes do inverno e possam ser partilhadas entre os Estados-Membros num espírito de solidariedade. Trata-se de um passo importante para reforçar a segurança do aprovisionamento energético da União Europeia no contexto da guerra na Ucrânia. O regulamento prevê que as instalações de armazenamento subterrâneo de gás no território dos Estados-Membros deverão dispor, pelo menos, de 80 % da sua capacidade antes do inverno de 2022/2023 e de 90 % antes dos períodos de inverno seguintes. A nível global, a União velará por atingir coletivamente 85 % da capacidade total de armazenamento subterrâneo de gás na União em 2022.

Uma vez que as capacidades de armazenamento de gás e as situações nacionais variam consideravelmente, os Estados-Membros poderão, consoante a situação, cumprir parcialmente os objetivos de armazenamento, incluindo as reservas de gás natural liquefeito (GNL) ou de combustíveis alternativos. A fim de ter em conta a situação dos Estados-Membros com capacidades de armazenamento muito significativas em relação ao seu consumo nacional de gás, a obrigação em matéria de enchimento das reservas subterrâneas será limitada a um volume de 35 % do consumo anual de gás dos Estados-Membros nos últimos cinco anos.

Auxílios estatais: Comissão aprova regime francês de 5 mil milhões de euros para apoiar empresas intensivas em energia no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia

A Comissão Europeia [aprovou](#) um regime francês de auxílios estatais no valor de 5 mil milhões de euros para apoiar empresas intensivas em energia, em todos os setores, no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia](#), adotado pela Comissão a 23 de março de 2022, com base no artigo 107(3)(b) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, reconhecendo que a economia da UE está a sofrer uma grave perturbação.

Ao abrigo desta medida, que será gerida pela Direção-Geral das Finanças Públicas (“Direction Générale des Finances Publiques”), o auxílio assumirá a forma de subvenções diretas para fazer face a custos adicionais devidos a fortes aumentos dos preços do gás natural e da eletricidade e a medida será aberta a empresas intensivas em energia de todos os setores, com exceção de instituições de crédito e financeiras.

A medida abrange três períodos elegíveis em relação aos quais podem ser apresentados pedidos de ajuda: (i) de março a maio de 2022; (ii) de junho a agosto de 2022; e (iii) de setembro a novembro de 2022.

A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.103280 no [Registo de Auxílios Estatais](#) no [sítio Web](#) da Comissão sobre Concorrência, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.



Estado de Direito

Proteção ao consumidor: Amazon Prime altera práticas de cancelamento para cumprir com as regras da UE

Na sequência do diálogo com a Comissão Europeia e as autoridades nacionais de proteção dos consumidores, a Amazon [comprometeu-se](#) a alinhar as suas práticas de cancelamento com as regras de consumo da UE. A plataforma permitirá aos consumidores da UE e do EEE cancelar a subscrição da Amazon Prime com apenas dois cliques, utilizando um "botão de cancelamento" proeminente e claro. Esta alteração foi necessária para cumprir com as regras da UE sobre a proteção do consumidor e, em particular, com a diretiva sobre práticas comerciais desleais. Na sequência de uma queixa do Secretariado Europeu das Uniões de Consumidores (BEUC), do Conselho Norueguês de Consumidores e do Diálogo Transatlântico dos Consumidores, foi lançada uma ação em abril de 2021 pela Comissão em cooperação com as autoridades nacionais. As práticas de cancelamento relatadas consistiram num grande número de obstáculos para cancelar a subscrição, incluindo menus de navegação complicados, redação enviesada, escolhas confusas e repetidos empurrões. A Amazon comprometeu-se agora a melhorar a sua política de cancelamento e irá implementar as mudanças.

Recurso a consultores externos na Comissão pode ter riscos

A forma como a Comissão Europeia contrata e utiliza consultores externos não assegura a proteção dos seus interesses ou a otimização dos recursos. Esta é a conclusão de um [relatório](#) publicado pelo Tribunal de Contas Europeu. Há lacunas significativas no quadro que regula o recurso a estes serviços, o que pode criar riscos de concentração de prestadores de serviços, dependência excessiva e potenciais conflitos de interesses que não são devidamente acompanhados. Existem também falhas na avaliação do trabalho dos consultores e do valor que este traz.

O sistema de informação da Comissão não consegue dar uma imagem completa da forma como esta recorre a consultores externos, revela o TCE. A única certeza é que a Comissão usa cada vez mais consultores externos para a prestação de vários serviços de aconselhamento e apoio. Nos últimos anos, contratou anualmente cerca de mil milhões de euros para a realização de um grande conjunto de serviços, incluindo consultoria, estudos, avaliações e atividades de investigação. Os prestadores externos estão sobretudo envolvidos na execução das políticas de vizinhança e alargamento da UE, das parcerias internacionais, dos instrumentos de política externa e das ações ambientais e climáticas. O Tribunal verificou se a Comissão Europeia conseguiu obter uma boa relação custo-benefício e salvaguardar os seus interesses.



Financiamento e Orçamento da UE

Declaração dos líderes do PE sobre o programa de trabalho da Comissão para 2023

Antes do debate sobre o Estado da União, os líderes dos grupos do PE [adotaram](#) uma [declaração](#) delineando as prioridades do PE para o programa de trabalho da Comissão em 2023. A UE continuará a enfrentar desafios em 2023 e o ano que antecede as eleições europeias será crucial para satisfazer as expectativas dos cidadãos. O debate sobre o Estado da União a 14 de setembro abre o caminho para a adoção pela Comissão do seu programa de trabalho para 2023. Antes deste momento-chave para as instituições, os líderes do PE estão a estabelecer prioridades claras e a insistir que todas as restantes propostas

legislativas sejam rapidamente apresentadas pela Comissão, apoiadas por avaliações de impacto ex-ante relevantes, a fim de dar aos legisladores tempo suficiente para chegarem a um acordo antes das eleições europeias de 2024.

NextGenerationEU: Comissão Europeia atualiza chave de repartição de subvenções respeitante aos Estados-Membros com base nos dados de resultados do Eurostat para 2020 e 2021

A Comissão Europeia publicou a chave atualizada de repartição de subvenções para os Estados-Membros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), em conformidade com os requisitos do Regulamento MRR. A atualização tem em conta a diferença entre o crescimento real do PIB estimado na Previsão Económica do Outono de 2020, que na altura da adoção do Regulamento era a mais recente previsão económica disponível, e a atualização baseada em dados reais de resultados fornecidos pelo Eurostat. A atualização levará a algumas alterações nas subvenções disponíveis do MRR para os Estados-Membros. Para entrar em vigor, as alterações na atribuição de subvenções terão de se refletir numa Decisão de Execução do Conselho atualizada para os Estados-Membros relevantes. **Portugal receberá mais 1 634 milhões de euros ao abrigo do MRR.** Mais informações estão disponíveis em [linha](#).



Inclusão social, Integração e Direitos

Ucrânia: Comissão apoia Estados-Membros que incluem crianças refugiadas nos seus sistemas educativos para o próximo ano letivo

A Comissão publicou um manual prático para ajudar as crianças e jovens ucranianos a continuar a sua educação na UE, desde a educação e cuidados na primeira infância até ao ensino secundário superior (0-18 anos). O documento reúne princípios e práticas de educação essenciais para apoiar a inclusão de crianças deslocadas da Ucrânia na educação. É dirigido a todas as partes relevantes, incluindo professores e autoridades nacionais. Os conhecimentos concretos baseiam-se nos ensinamentos que os Estados-Membros aprenderam coletivamente desde que a invasão russa da Ucrânia teve início a 24 de fevereiro. Mais informações estão disponíveis [aqui](#) e no [Portal da Educação Escolar](#).



Investigação científica, Inovação, Ciência

Comissão lança uma nova estratégia para impulsionar a sua transformação digital

A Comissão Europeia [adotou](#) uma nova Estratégia Digital sob o tema "[Next Generation Digital Commission](#)". Esta estratégia empresarial estabelece uma visão para uma administração digitalmente transformada e mais ágil que contribuirá para a realização das prioridades estratégicas da UE, incluindo a Década Digital da Europa e o Acordo Verde Europeu. Uma interação suave entre pessoas, processos, dados e tecnologia sustentará uma Comissão totalmente digitalizada.

Com base na estratégia digital anterior (2018) da Comissão, a nova estratégia proporciona uma abordagem empresarial para racionalizar ainda mais as atuais iniciativas de IT, recentrar-se na modernização digital e na prestação de serviços inovadores. Baseia-se em princípios orientadores, que serão reforçados pela atualização, tais como o digital como padrão e uma só vez, segurança e privacidade, abertura e transparência, interoperabilidade e transfronteiriça, e centrada no utilizador, orientada para os dados e ágil.



Juventude, Formação e Requalificação

Percursos para o sucesso escolar: Comissão apresenta medidas concretas para melhorar os resultados escolares

A Comissão [publicou](#) uma proposta de recomendação do Conselho sobre [percursos para o sucesso escolar](#), que define um conjunto de medidas políticas concretas destinadas a combater o abandono escolar precoce e o fraco aproveitamento em competências básicas (leitura, matemática e ciências) dos jovens de 15 anos, em especial, de meios desfavorecidos. Estas medidas respondem às necessidades dos aprendentes, professores e formadores, das escolas e dos sistemas educativos. Incluem medidas de acompanhamento, prevenção, intervenção e compensação, mas incidem especialmente na prevenção e na intervenção precoce. A proposta recomenda igualmente que seja dada especial atenção ao bem-estar na escola, que tem um forte impacto nos resultados escolares e constitui uma componente essencial do sucesso escolar.

Atualmente, mais de 3,2 milhões de jovens na UE com 18-24 anos de idade abandonam precocemente o ensino e a formação, e apenas 84,3 % dos jovens do grupo etário dos 20-24 anos concluem o ensino secundário. Os últimos [resultados do PISA](#), que datam de 2018, ou seja de um período anterior à pandemia, mostram que já nessa altura um em cada cinco europeus de 15 anos de idade não dispunha de competências adequadas em leitura, matemática ou ciências.

A recomendação insta os Estados-Membros a aplicarem a medida proposta para fazer face a estes desafios. A Comissão apoiará a aplicação da recomendação através da aprendizagem e do intercâmbio entre os Estados-Membros, as partes interessadas e os países parceiros. Um grupo de peritos específico, criado no âmbito do [Espaço Europeu da Educação](#), dedicará-se às questões do bem-estar e saúde mental na escola e promoverá uma maior sensibilização para estas questões. A Comissão apoiará as oportunidades de desenvolvimento profissional do pessoal educativo e de outros parceiros no quadro dos projetos e intercâmbios de pessoal do programa Erasmus+, das Academias de Professores do Erasmus+ e das plataformas eletrónicas da UE, incluindo a nova Plataforma de Educação Escolar Europeia e a [eTwinning](#). Recomenda-se à UE e aos Estados-Membros que utilizem fundos europeus e nacionais — em especial, o [Erasmus+](#), o [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), o [Fundo Social Europeu+](#), o [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#), o [Instrumento de Assistência Técnica](#) e o [Fundo para a Migração e a Integração](#) —, para investirem nas infraestruturas, na formação, nas ferramentas e nos recursos que visem promover a inclusão, a igualdade e o bem-estar na educação.



Mobilidade e Transportes

Objetivo 55: combustíveis mais sustentáveis para a aviação

A aviação europeia [deve](#) passar gradualmente para combustíveis sustentáveis para ajudar a UE a tornar-se neutra para o clima até 2050. Na segunda-feira, os eurodeputados da Comissão dos Transportes e do Turismo adotaram um projeto de mandato de negociação sobre o Regulamento da *ReFuelEU* relativo à aviação por 25 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções. O texto adaptado visa aumentar a quota de combustíveis sustentáveis utilizados pelas companhias aéreas e aeroportos da UE para reduzir as emissões da aviação e assegurar a neutralidade de carbono da Europa até 2050.

Os deputados europeus alteraram a definição proposta de combustíveis sustentáveis para a aviação, um termo que abrange combustíveis sintéticos ou certos biocombustíveis produzidos a partir de resíduos agrícolas e florestais, algas, biomassa ou óleos alimentares usados.



Mar e Pescas

Oceanos: Comissário Sinkevičius representou a UE na Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos de 2022

Virginijus Sinkevičius, Comissário europeu responsável pelo Ambiente, Oceanos e Pescas, [representou](#) a UE na segunda [Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos](#), que decorreu de 27 de junho até 1 de julho, em Lisboa, coorganizada por Portugal e pelo Quênia. A conferência centrou-se na identificação de soluções científicas e de inovação para as principais ameaças oceânicas, como as alterações climáticas e a acidificação daí resultante, a poluição marinha, a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, a perda de habitats e a biodiversidade. Os [52 compromissos voluntários assumidos](#) pela UE em Lisboa, que ascendem a sete mil milhões de euros, fazem parte da abordagem orientada para a ação da recentemente renovada [Agenda de Governança Internacional dos Oceanos](#) da UE. À margem da conferência, foi lançada a Carta da [missão do programa Horizonte Europa «Recuperar o nosso oceano e as nossas águas»](#), convidando os Estados-Membros, as regiões e um vasto leque de partes interessadas a empenharem-se em ações que contribuam para o êxito da missão. O Comissário Sinkevičius declarou: «*Após a Cimeira Um Oceano, em Brest, e a Conferência O Nosso Oceano, em Palau, esta Conferência das Nações Unidas constitui mais uma oportunidade para a comunidade internacional chegar a acordo sobre ações para proteger os oceanos e desenvolver uma economia azul sustentável. Existem soluções. Estão nas nossas mãos. Por conseguinte, vamos agir de forma rápida e decisiva*». Mariya Gabriel, Comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, acrescentou: «*Os oceanos e as águas são o berço de toda a vida na Terra e o sistema de apoio à vida do nosso planeta. Mas precisam agora da nossa atenção! Com o lançamento desta Carta, a Comissão Europeia insta os governos e as autoridades públicas da Europa e de todo o mundo, as empresas, a sociedade civil, os financiadores e os doadores, bem como as universidades e os investigadores, a juntarem-se à nossa missão coletiva para restaurar o nosso planeta azul.*»

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura 2021-2027: Comissão adota um programa de 567,1 milhões de euros para a França

Após a adoção do acordo de parceria 2021-2027 com a França, a Comissão [adotou](#) o programa do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para a França, visando a implementação da Política Comum das Pescas da UE (PCP) e as prioridades políticas descritas nas estratégias do Pacto Ecológico Europeu, do Campo ao Prato e da Biodiversidade.

A contribuição da UE para o Programa de Pescas francês 2021-2027 representa 567,1 milhões de euros, o que adicionado ao financiamento nacional, permitirá disponibilizar no total cerca de 793,3 milhões de euros para o novo período de programação. O Fundo apoiará as pescas e a aquicultura em França, facilitando a transição ecológica e digital, adaptando a oferta de

produtos às expectativas dos consumidores, apoiando a pequena pesca costeira, melhorando a resiliência e estimulando a inovação.



Saúde

COVID-19: Conselho alarga o regulamento que estabelece o certificado COVID digital da UE

O Conselho [deu](#) luz verde à extensão do regulamento que estabelece o certificado COVID digital da UE. O certificado digital COVID desempenhou um papel importante ao facilitar a livre circulação de pessoas durante a pandemia. O regulamento que estabelece o certificado digital COVID da UE será prorrogado por um ano, até 30 de junho de 2023. A prorrogação do regulamento assegurará que os viajantes da UE, bem como os de países terceiros ligados ao sistema, possam continuar a utilizar o seu certificado COVID digital da UE para viajar dentro da União nos Estados-Membros onde estes certificados são exigidos. Se a situação sanitária o permitir, o regulamento também pode ser revogado mais cedo.

União Europeia da Saúde: Início da entrega de vacinas em resposta ao surto de varíola dos macacos

Iniciou-se a 28 de junho a entrega das primeiras doses de vacina [compradas](#) pela Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA) da Comissão Europeia em resposta ao atual surto de varíola dos macacos, com a chegada de 5 300 doses iniciais a Espanha, de um total de 109 090 adquiridas. Trata-se da [primeira](#) de uma série de entregas que terão lugar regularmente nas próximas semanas e meses para garantir que todos os Estados-Membros estão prontos a responder ao atual surto de varíola dos macacos, dando prioridade aos Estados-Membros mais afetados.

Tal como aconteceu com as vacinas contra a COVID-19, as doses de vacina são atribuídas proporcionalmente, de acordo com a população de cada país. Os Estados-Membros com maior número de casos de varíola dos macacos (à data da celebração do contrato) estão a ser considerados prioritários para as entregas, tal como acordado com os Estados-Membros. As vacinas são entregues diretamente pela empresa farmacêutica aos Estados-Membros. Pouco depois das entregas hoje feitas a Espanha, Portugal, a Alemanha e a Bélgica serão os próximos países a receber doses. Nos meses de julho e agosto, serão entregues novas remessas a outros Estados-Membros.

Certificado Digital COVID da UE: Comissão adota decisões de equivalência para o Bahrain, Equador, República da Coreia, Kosovo e Madagáscar

A Comissão [adotou](#) cinco novas decisões de equivalência certificando que os certificados COVID-19 emitidos pelo Bahrein, Equador, República da Coreia, Kosovo e Madagáscar são equivalentes ao Certificado COVID Digital da UE. Como resultado, as cinco serão ligadas ao sistema da UE. A UE aceitará os seus certificados COVID sob as mesmas condições que o Certificado Digital COVID da UE. Isto significa que os titulares de certificados emitidos pelo Bahrein, Equador, República da Coreia, Kosovo e Madagáscar, poderão utilizá-los nas mesmas condições que os titulares de um Certificado COVID Digital da UE.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Cimeira do G7, Schloss Elmau, 26–28 de junho de 2022

Decorreu entre 26 e 28 de junho passado, no Schloss Elmau na Baviera (Alemanha) uma Cimeira do G7, na qual, os dirigentes do G7 debateram uma vasta gama de temas, nomeadamente, a Ucrânia e a cooperação em matéria de política externa; a questão da segurança energética e alimentar; o investimento no clima e na saúde; a promoção de parcerias para as infraestruturas e o investimento; como dar forma à economia mundial; como fazer progredir a igualdade de género; como dar forma à cooperação internacional.

A Presidência alemã convidou também os dirigentes da Argentina, da Índia, da Indonésia, do Senegal e da África do Sul para participarem em várias sessões de trabalho durante a cimeira, tendo no final da cimeira, os dirigentes adotado um [comunicado](#). Poderá encontrar [aqui](#) mais informação sobre a reunião.

Ucrânia: UE mobiliza reservas de emergência para fazer face a ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares

Na sequência de um pedido do governo ucraniano para equipamento médico, equipamento de proteção e equipamento de proteção especializado contra riscos de saúde pública tais como ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (CBRN), a Comissão Europeia [mobilizou](#) as suas novas reservas de emergência da UE.

O equipamento fornecido pela UE inclui 300 mil fatos de proteção especializados, 5.600 litros de descontaminantes e 850 peças de equipamento para operações de descontaminação. Como os hospitais ucranianos necessitam urgentemente de equipamento médico, a UE está também a doar monitores de doentes, bombas de infusão e respiradores, bem como equipamento de proteção para o pessoal médico, tais como máscaras e batas. A ajuda, num total de 11,3 milhões de euros,

será fornecida à Ucrânia a partir de reservas de emergência da UE disponíveis na Roménia, Hungria, Suécia, Alemanha, Grécia e Dinamarca.

Vistos: Conselho aprova mandato de negociação sobre liberalização de vistos para o Koweit e o Catar

O Comité de Representantes Permanentes (Coreper) [aprovou](#) o mandato de negociação do Conselho sobre a liberalização de vistos de curta duração para o Koweit e o Catar. A Presidência dará início às negociações com o Parlamento Europeu com base neste mandato. O Conselho confirmou a proposta da Comissão no sentido de prever um regime de isenção de visto para os cidadãos destes dois países que se desloquem à UE por um período máximo de 90 dias por cada período de 180 dias.

O Conselho deu assim um primeiro passo no sentido da liberalização do regime de vistos com o Koweit e o Catar, que deverá aplicar-se após a celebração de acordos bilaterais com estes países, nomeadamente a fim de assegurar a plena reciprocidade desta isenção para os cidadãos da UE. Estes acordos terão igualmente por objetivo clarificar as responsabilidades em matéria de readmissão dos nacionais de cada uma das partes que se encontrem em situação irregular. A entrada em vigor da isenção deverá ocorrer após a entrada em funcionamento efetiva do Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS), prevista para 2023. No seu mandato de negociação, o Conselho sublinhou que convém também prestar especial atenção à coerência regional, nomeadamente a fim de reforçar os contactos interpessoais e as viagens entre a UE e os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Por conseguinte, solicita à Comissão que proceda rapidamente à avaliação da situação destes países em relação aos critérios de referência, com vista a isentar os outros Estados membros do CCG da obrigação de visto.

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota medida de assistência em apoio às forças armadas da Moldávia

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz no valor de 40 milhões de euros em benefício das forças armadas da República da Moldávia. A medida de assistência contribuirá para o reforço das capacidades das unidades de logística, de mobilidade, de comando e controlo, de ciberdefesa, de reconhecimento aéreo não tripulado e de comunicações táticas das forças armadas da Moldávia, fornecendo equipamento não letal pertinente, aprovisionamentos e serviços, incluindo formação sobre o equipamento.

Esta medida de assistência complementar a medida de assistência de 7 milhões de euros, adotada em dezembro de 2021, que reforça as capacidades do Serviço Médico Militar e do Batalhão de Engenharia das forças armadas. A última medida de assistência é prova do compromisso da UE de reforçar as capacidades da República da Moldávia com o objetivo de reforçar a sua segurança, estabilidade e resiliência nacionais.

O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz foi criado em março de 2021 para financiar todas as ações da política externa e de segurança comum (PESC) no domínio militar ou da defesa, tendo como objetivo prevenir conflitos, preservar a paz e reforçar a segurança e a estabilidade internacionais. Em particular, o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz permite à UE financiar ações destinadas a reforçar as capacidades de Estados terceiros e de organizações regionais e internacionais em aspetos militares e de defesa.

Ucrânia: Comissão concede isenção de direitos aduaneiros e de IVA à importação de bens essenciais para os ucranianos

A Comissão Europeia [adotou](#) uma decisão que autoriza os Estados-Membros a isentarem temporariamente de direitos aduaneiros e de IVA as importações provenientes de países terceiros de alimentos, cobertores, tendas, geradores elétricos e outros equipamentos essenciais destinados aos ucranianos afetados pela guerra. Esta medida, que foi solicitada pelos Estados-Membros, será aplicável retroativamente a partir de 24 de fevereiro de 2022 e estará em vigor até 31 de dezembro de 2022.

Na sequência da invasão não provocada e injustificada da Ucrânia pela Rússia, estima-se que mais de 14 milhões de pessoas – ou seja, 30 % da população ucraniana – tenham sido deslocadas. Mais de 6,2 milhões de ucranianos entraram na UE e quase oito milhões tiveram de abandonar as suas casas, mas permaneceram na Ucrânia. Esta situação está a exercer uma enorme pressão sobre os Estados-Membros, que têm de prestar assistência humanitária a um grande número de pessoas que fogem da guerra e, simultaneamente, apoiar os ucranianos deslocados internamente que se encontram em risco de fome e de doença.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Novas regras de itinerância para quem viaja na UE

O dia 1 de julho de 2022 [marca](#) a entrada em vigor do novo Regulamento [itinerância](#) melhorado. Este novo regulamento prolonga até 2032 o regime de «itinerância como em casa», graças ao qual as pessoas que viajam no território da UE e do EEE podem telefonar, enviar texto e navegar na Internet sem encargos adicionais. As [novas regras](#) trarão também vantagens significativas para as empresas e os cidadãos da UE, que poderão usufruir, quando se encontram no estrangeiro, de serviços móveis da mesma qualidade que no seu país de origem. Facilitam igualmente o acesso aos serviços de emergência em toda a UE e garantem que os viajantes recebam informações claras sobre os serviços que podem estar sujeitos a encargos adicionais.

Os consumidores que viajem no estrangeiro passarão a ter direito a usufruir de serviços móveis da mesma qualidade que no país de origem. Os operadores que oferecem serviços móveis devem garantir o acesso dos consumidores às redes 4G ou 5G, sempre que estas estejam disponíveis no país estrangeiro no qual viajam. Os consumidores devem também poder encontrar informações sobre a disponibilidade de rede nos seus contratos de serviços móveis e nos sítios Web dos operadores.

Quando os consumidores viajam de avião ou de barco, os telemóveis podem conectar-se automaticamente à rede de satélite fornecida a bordo. Ora, a utilização de serviços móveis prestados por redes não terrestres pode estar sujeita a encargos muito elevados. As novas regras de itinerância forçam os operadores a proteger os seus consumidores e a notificá-los sempre que os seus telefones se conectem a redes não terrestres. Além disso, os operadores devem interromper automaticamente os serviços móveis prestados através de redes não terrestres sempre que os mesmos atinjam o limite máximo de 50 euros ou outro limite predefinido. Os operadores podem também oferecer serviços adicionais, como a possibilidade de não utilizar a itinerância a bordo de aviões e embarcações.

Conectividade espacial segura: Conselho adota mandato de negociação

Os Estados-Membros [chegaram](#) a acordo quanto a um mandato de negociação com o Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento relativo ao programa Conectividade Segura da União para o período 2023-2027. O objetivo do programa é estabelecer um sistema espacial soberano de conectividade segura a fim de garantir o fornecimento de serviços de comunicações por satélite ("SATCOM"). Visa prestar serviços governamentais e comerciais para a proteção das infraestruturas críticas, a vigilância, o apoio a ações externas ou a gestão de crises, contribuindo assim para melhorar a resiliência da União.

O referido programa Conectividade Segura visa igualmente reforçar a competitividade dos serviços de comunicações por satélite da UE através de um projeto inovador que envolva diferentes intervenientes, a fim de assegurar que os avanços tecnológicos e a respetiva utilização governamental são um veículo para uma inovação e comercialização mais vastas na União.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2022](#) e [2023](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:

- | 📖 - Açores | 🐄 - Agricultura | 🌳 - Ambiente | 🤝 - Coesão e solidariedade interna da UE |
- | 🌐 - Comércio, concorrência | 🦠 - Coronavírus | 🎭 - Cultura | 🏊 - Desporto |
- | 🗺️ - Diplomacia e solidariedade externa da UE |
- | 🖐️ - Estado de Direito | 🛒 - Economia, Empresas |
- | 🎓 - Educação | 👷 - Emprego | ⚡ - Energia | 🇪🇺 - Fundos, financiamentos e prémios |
- | 🏠 - Habitação | 👬 - Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social |
- | 🏭 - Indústria | 🧑 - Investigação científica, ciência | 🏄 - Juventude |
- | 🌊 - Mar e pescas | 🚒 - Proteção civil | 🇪🇺 - Regiões ultraperiféricas | 🏥 - Saúde |
- | 🤖 - Tecnologia, comunicações, informática e satélites | 🚗 - Mobilidade e Transportes | 🧳 - Turismo |



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!